A Pragmática Universal de Habermas

TULLIO P. MARANHÃO

O interesse generalizado nas idéias de Habermas confere-lhe, não apenas importância atual, mas sugere ainda que ele poderá tornar-se um ponto de referência fundamental nas ciências do homem de um futuro próximo. Sua obra já é ampla e de extrema complexidade. Neste ensaio, focalizo sua pragmática universal, cuja formulação mais recente apareceu em *Communication and the Evolution of Society* (1979).

O programa de estudos de Habermas divide-se em três níveis: no primeiro, ele propõe uma reformulação da análise transcendental de Kant através de sua pragmática universal. No segundo, constrói uma teoria do desenvolvimento da socialização baseada no estudo empírico da aquisição da competência comunicacional. Finalmente, substitui a explicação clássica do materialismo histórico para a evolução das formas de sociedade por uma teoria do desenvolvimento do homem em seu crescimento cognitivo, egológico e interativo. Há, portanto, aí, duas diferentes esferas de conhecimento sofrendo reacomodações: uma epistemológica, ou metodológica, se se preferir, em que o apriorismo kantiano na análise transcendental é repensado, e uma teórica, onde a teoria da mudança social é atrelada à teoria do crescimento e da mudança do homem. Vejamos de que trata, especificamente, cada uma destas esferas.

A análise transcendental de Kant é uma "investigação que identifica e analisa as condições *a priori* da possibilidade da experiência", escreve Habermas, (1979, p. 21).[1] Numa interpretação fraca, a análise transcendental está inscrita na própria experiência. Com

---

[1] As traduções das citações são todas minhas, a partir de versões em inglês citadas na bibliografia.

isto, evita-se a metafísica, mas perde-se, no mesmo refugo, a possibilidade de aplicar-se a análise transcendental para a compreensão dos processos filogenéticos e ontogenéticos, caindo-se, ao mesmo tempo, no mais extremado relativismo cultural. Numa interpretação forte, a análise transcendental se destaca da experiência, aprovisionando-se de elementos tais que a credenciam a qualificar e a constituir a experiência. Ao restaurar esta interpretação forte, Habermas reinstitui um universalismo transcultural, evitando os riscos de entrar em órbita metafísica por meio de um apriorismo que redireciona o entendimento para a realidade empírica, no caso, para a crítica da validade do discurso, diferentemente do apriorismo das categorias cognitivas. Assim, a reconstrução do discurso faz-se, não mais a partir de categorias do próprio, mas através da crítica de sua validade. A pedra angular da validade do discurso é o entendimento, e o discurso pode ser estratégico (caracterizado por uma situação de conflito), consensual (onde o entendimento já é dado independentemente do que se diz) e objetivando o entendimento (onde locutor e interlocutor duelam para entender-se e não para triunfar).[2] O discurso consensual e o estratégico não passam de tentativas fracassadas do discurso que objetiva o entendimento.

A pragmática universal proposta por Habermas é esta análise transcendental infensa à metafísica, ligada ao nível empírico da realidade, mas conservando um apriorismo absoluto, típico da interpretação forte da análise transcendental, que se realiza na reconstrução do discurso.

A pragmática universal constitui-se no exame de quatro tipos de validade da fala: a compreensibilidade, a verdade, a sinceridade e a propriedade normativa. Os diferentes domínios da realidade são expressos na fala através de diferentes usos da linguagem. O domínio da estrutura lingüística refere-se à fonética, à sintaxe e à semântica da língua e traduz-se na articulação lingüística. O domínio da natureza externa (objetos *versus* expressões) redime-se, na ver-

---

[2] Traduzo como "entendimento" o que, originalmente, aparece como "Verständigung" e que em inglês foi traduzido como "understanding". Habermas presta-nos alguns esclarecimentos sobre seu conceito de entendimento ao escrever: "O objetivo de alcançar-se o entendimento [Verständigung] é propiciar-se um acordo [Einverständnis] que culmina na mutualidade, intersubjetiva do entendimento recíproco, do conhecimento partilhado, da confiança mútua. [...] Podemos ver que a palavra "entendimento" é ambígua. No seu significado mínimo, indica que duas pessoas entendem uma certa expressão lingüística da mesma maneira; seu significado máximo é que entre as duas pessoas existe um acordo relativo à propriedade de uma certa elocução, dado um contexto normativo mutuamente reconhecido." (1979: 3).

dade, do que foi dito. O domínio da natureza interna (emoções, sentimentos *versus* expressões) materializa-se na sinceridade com que se diz. E, finalmente, o domínio das interações sociais (relações interpessoais) realiza-se na utilização correta do contexto normativo que constitui e regula a interação. Assim, se falo tupi com um interlocutor que só fala português, invalido a compreensibilidade da minha fala. Se refiro coisas que não existem ou que não aconteceram, invalido a verdade. Se prometo coisas que não estou disposto a cumprir, invalido a sinceridade. Se, ao ir confessar-me como fiel, absolvo o padre, ou se, numa consulta como paciente, diagnostico o médico, invalido a propriedade normativa da interação.

Ao domínio da estrutura lingüística corresponde o tema da compreensibilidade, e portanto, a validade do que é dito redime-se na aceitação dos meios lingüísticos empregados. Ao domínio da natureza externa corresponde um modo de comunicação mais cognitivo, onde o tema predominante é o conteúdo proposicional da fala, o teste de validade é a verdade que o locutor redime comprovando a existência daquilo a que se refere. O domínio da natureza interna corresponde a um modo de comunicação mais expressivo, dominado pelo tema da intenção e redimido pela prova de sinceridade. Finalmente, ao quarto domínio da interação social corresponde um modo de comunicação interativo, uma tematização das relações interpessoais, e um teste de validade baseado na adequação da interação efetiva ao contexto normativo. Este quadro de relações encontra-se apresentado, esquematicamente, no diagrama abaixo.

A validade da fala na pragmática universal

Domínios da realidade expressos nos diferentes usos da linguagem:	Modos de comunicação:	Temas:	Testes da validade:	Elementos que o locutor tem de prover para remir a validade da fala:
Domínio da estrutura lingüística (fonética, sintaxe e semântica)	—	Compreensibilidade	Compreensibilidade	Locutor tem de provar que os meios lingüísticos usados são adequados
Domínio da natureza externa (objetos X expressões)	Cognitivo	Conteúdo proposicional	Verdade	Locutor tem de comprovar a existência dos objetos que refere
Domínio da natureza interna (sentimentos X expressões)	Expressivo	Intenção	Sinceridade	Locutor tem de provar a sinceridade do que diz
Domínio das interações sociais	Interativo	Relação interpessoal	Propriedade normativa	Locutor tem de justificar sua atitude de acordo com o contexto normativo

No que diz respeito à esfera teórica, Habermas propõe que a explicação do materialismo histórico, fazendo a sociedade passar por estágios evolutivos tais como feudalismo, capitalismo, socialismo, se substitua por um estruturalismo genético do crescimento da aptidão cognitiva, do desenvolvimento das estruturas do ego e da competência para interagir socialmente. Habermas lança mão dos estudos de Jean Piaget para o aspecto cognitivo do crescimento do homem, e de Lawrence Kohlberg para os estágios de desenvolvimento do ego. Quanto às interações sociais, ao invés de apoderar-se de alguma das abordagens disponíveis, como a do interacionismo simbólico, ou a da etnometodologia, ele propõe um tratamento inteiramente novo da questão. A melhor via de acesso ao estudo das interações sociais são os atos de fala em que elas se materializam, e que, além de constituírem a parte verbal do ato social, batizam aquele próprio ato através de seus verbos. Com efeito, os verbos são uma espécie de inventário parcial dos atos praticáveis. Neste ponto, Habermas toma empréstimo junto aos filósofos da linguagem da tradição inglesa, principalmente John L. Austin, e coloca a teoria dos atos de fala no centro de sua pragmática universal, como primeiro degrau de acesso ao estudo das relações interpessoais. Antes de passarmos ao exame da teoria dos atos de fala, convém acrescentar algumas palavras sobre a importância que Habermas confere à língua no estudo das formas de vida social ("Lebenssozialwelt").

Os estudos sobre a consciência social chegaram a um limite de possibilidades. O próximo passo é estudar a competência comunicacional, capaz de revelar mais e mais generosamente o significado das coisas ditas e feitas. Habermas escreve: "Hoje, o problema da língua substitui o problema tradicional da consciência; a crítica transcendental da língua substitui aquela da consciência." (1970, p. 220). A vida livre do espectro da dominação é algo inerente à verdade e à comunicação. A ausência de constrangimento à expressão verbal caracteriza-se, internamente, pela superação da neurose e, externamente, pela superação da coerção. Estas duas faces da liberdade esculpem-se na ação comunicacional que busca o entendimento, quando locutor e interlocutor esgrimem para entender-se e não para triunfar. Para isto, é necessário que a fala passe os quatro testes de validade (compreensibilidade, verdade, sinceridade e propriedade normativa) e prossiga na radicalização do argumento, procurando transcender os limites daquilo que é esta-

belecido institucionalmente.[3] Note-se que não se trata de virar a mesa e ignorar as normas institucionais, mas, sim, de adquirir um tal conhecimento delas e uma tal destreza em aplicá-las que acaba tornando-se possível transcendê-las.

A teoria dos atos de fala, originalmente formulada por Austin (1975), revelou que uma ação comunicacional não visa apenas comunicar informações, mas também e, principalmente, ativar elos de relações interpessoais. Assim, ao dizer "Está chovendo", o locutor informa este fato objetivo sobre a realidade externa ao mesmo tempo em que interage com seu interlocutor ao lançar-lhe uma tal declaração. Todavia, o aspecto proposicional desta elocução predomina sobre o aspecto interativo. Já em "Prometo levá-la ao show de rock-rural" ocorre justamente o contrário, uma vez que predomina o compromisso contraído pelo locutor em levar a interlocutora ao show de rock-rural sobre a informação de que vai haver um show de rock-rural. Na realidade, os quatro critérios de validade estão presentes em todo ato de fala, mas sempre um deles será tematizado numa situação específica, predominando sobre os demais. Em "Está chovendo" sobressai o critério verdade; em "Prometo levá-la ao show de rock-rural", sinceridade; em "Condeno-o a cinco anos de prisão" o critério propriedade normativa, já que se o locutor não for um juiz, nada feito. Temos, portanto, os quatro critérios de validade da fala expressos através das quatro funções da comunicação: compreensibilidade-representar; verdade-informar; sinceridade-expressar emoções; propriedade normativa-estabelecer relações interpessoais. Todo ato de fala constitui-se a partir dos quatro critérios e apresenta as quatro funções, mas cada um deles enfatiza um critério de validade diferente.

Austin verificou que, enquanto os atos centrados no conteúdo proposicional adulteravam-se pela falsificação da verdade, os atos centrados no aspecto performativo[4] adulteravam-se pela quebra do compromisso, pela mentira da intenção, pela falta de credenciais do locutor, etc. Nomeando uns e outros atos constativos[5] e atos performativos, para estes últimos Austin concentrou-se naqueles atos de fala altamente ritualizados e que levam à consecussão de um objetivo institucionalmente prescrito. Os seus exemplos extraíam-se da cerimônia de casamento ("Declaro-os marido e mulher"), em

---

[3] O conceito de Habermas de radicalização do argumento encontra ampla discussão em Toulmin, 1964 e 1972. Em minha tese de doutoramento, em preparação, também trato do assunto (cf. Maranhão, s.d.).

[4] Introduzo aqui, deliberadamente, este anglicismo, de "performative".

[5] Introduzo aqui deliberadamente este anglicismo, de "constative".

que o ato de pronunciar estas palavras é, por si só, capaz de produzir o efeito de unir pelo casamento, da cerimônia de lavar o casco de um navio ("Batizo este navio com o nome de Almirante Tamandaré"), onde, novamente, é o ato de fala que produz o efeito institucional, entre outros casos rituais. Habermas chama a estes atos de institucionalmente condicionados, como veremos adiante. O que importa ressaltar aqui é que estes não são os únicos exemplos de performativos, sendo, inclusive, até menos numerosos do que os performativos não condicionados institucionalmente, como "Prometo levá-la ao show de rock-rural".

Um ato de fala compõe-se do conteúdo proposicional e da força ilocucional. O conteúdo proposicional corresponde ao significado semântico, enquanto a força ilocucional corresponde ao significado pragmático. Assim, em

(1) Ernesto sai da sala
(2) Ernesto, saia da sala
(3) Ernesto sairá da sala?
(4) Se Ernesto saísse da sala...

embora o conteúdo proposicional das quatro sentenças seja o mesmo, ressalvadas as alterações de tempo verbal, a força ilocucional varia. A elocução de (1) é uma declaração, uma constatação, de (2), uma ordem, de (3), uma indagação, de (4), uma conjectura, expressão de um desejo. (Cf. Searle, 1971: 42). Noutro exemplo ainda,

(5) Eu vou entrar na casa

pode ser uma declaração, uma ameaça, um compromisso e, até, um pedido de licença.

Além disso, a força ilocucional de um ato de fala pode vir expressa de forma explícita na locução proposicional como em "Prometo levá-la ao show de rock-rural" ou em "Declaro que está chovendo", como pode vir implícita. Em "O touro está solto" apenas o contexto nos revelará se se trata da declaração de um locutor confortavelmente instalado na arquibancada, ou de advertência para que locutor e interlocutor passem a correr para saltar a cerca e escapar do touro, com a força ilocucional equivalente a "Vamos dar o fora!"

Austin chamou as locuções que indexam a força ilocucional no conteúdo proposicional de "performativos explícitos", enquanto Habermas prefere "atos de fala proposicionalmente diferenciados." Aos outros, do tipo "O touro está solto", Austin chamou de "locuções primárias" ("primary utterances"), e Habermas, "atos de fala pro-

posicionalmente indiferenciados". Para Austin, o desdobramento dos atos de fala de "locuções primárias" em "performativos explícitos" assinala um estágio no desenvolvimento cognitivo do homem conforme expresso nos modos de uso da língua. As línguas primitivas seriam dominadas por "locuções primárias". Para Habermas, trata-se de um aprofundamento da racionalidade e de um avanço na direção do discurso que objetiva o entendimento. As interpretações de Austin e de Habermas não se contradizem, mas até se combinam. Quer-me parecer, no entanto, que a escolha dos atos de fala proposicionalmente diferenciados como os mais evoluídos ou como os mais racionais necessita qualificações adicionais, uma vez que os atos indiferenciados podem constituir-se em instrumentos ótimos de comunicação quando as variáveis contextuais tornam-se comezinhas para os participantes da situação comunicacional. Assim, o diálogo doméstico de uma família de imigrantes nordestinos poderá desafiar a compreensão de um observador sulista, e nem por isso deixa de ser racional e explícito para os membros daquela família. Outros exemplos em pauta são as linguagens religiosas, científicas, etc.

Por outro lado, pode ser que Austin e Habermas tivessem em mente a universalização da expressão lingüística, de maneira a servir de forma mais democrática a todos os falantes de uma língua. Ainda assim, parece-me plausível ressalvar a possibilidade de a experiência contextual predominar sobre a forma de expressão lingüística, de maneira que a exclamação "O touro está solto!" significaria sempre "Vamos dar o fora!" em virtude de ser esta experiência absolutamente recorrente. Oposto a isto seria o caso de um número variado de situações, uma das quais referir-se-ia por "[Advirto-o:] Vamos dar o fora [porque o touro está solto]". No primeiro caso, o universal é a familiaridade com o contexto partilhada por todos. No segundo, a explicitude da forma lingüística. Austin e Habermas orientam-se sem sombra de dúvida por esta última. Cabe aqui, no entanto, invocar a experiência antropológica pela qual aprendemos que falas altamente formalizadas como a narrativa mítica, as charadas, as anedotas, etc. não são, necessariamente, nem evoluções de formas mais primárias de comunicação, nem tampouco modos mais racionais de se falar. Com efeito, uma narrativa mítica possui mais formalização do que os atos de fala proposicionalmente diferenciados numa situação de diálogo. O que ocorre é que a distância social entre os circunstantes de uma narrativa mítica mede-se por critérios assaz diferentes daqueles que relacionam os participantes de um diálogo. E, finalmente, a expli-

citação lingüística do ato de fala não é, em nenhuma circunstância, garantia de translucidez entre razão e emoção na prática daquele ato.

Retomando exemplos de atos de fala, verificamos que em

(6) Eu estou sentido um frio danado aqui

pode-se obter uma interpretação do significado em que pragmática e semântica coincidem inteiramente: (6) significa "Eu estou sentindo um frio danado aqui. Semântica e pragmaticamente trata-se de uma declaração do mesmo teor. Mas (6) também poderá significar "Será que você poderia fechar a janela?" de acordo com certas regras de etiqueta social que recomendam elocuções indiretas para disfarçar a crueza dos imperativos. Neste caso, o significado semântico de (6) é o mesmo; pragmaticamente, a frase tem a força ilocucional de uma solicitação, solicitação esta que, por sua vez, é a forma socioculturalmente adequada de, dado aquele contexto e aquela interação social, aquele locutor dirigir um imperativo a seu interlocutor. Finalmente, (6) poderá significar o seguinte: "Você me deixa sentir frio porque não me abraça; logo, você não me ama." Recapitulando as três leituras pragmáticas de (6), temos:

(6a) Declaração: "Eu estou sentindo um frio danado aqui"

(6b) Solicitação: "Poderia fechar a janela?"/Imperativo: "Feche a janela!"

(6c) Acusação: "Você não me ama".

A maioria dos estudiosos dos atos de fala, efetivamente, tem subordinado a força ilocucional (significado pragmático) ao conteúdo proposicional (significado semântico) (cf. Searle, 1969). Habermas não se destaca desta tendência.[6] Austin, não obstante, ao formular sua teoria original, legou-nos uma radical separação entre a força ilocucional dos atos de fala constativos que se redimiam sob o esmeril da verdade e a força ilocucional dos atos de fala performativos que se legitimavam por serem adequados ("felizes", "bem sucedidos" circunstancialmente apropriados). E aonde ficava

[6] Habermas apresenta, no entanto, uma certa originalidade sobre Austin ao propor que o conteúdo proposicional da sentença encaixada é *mencionado* e não *afirmado*. Em "Prometo levá-la ao show de rock-rural amanhã", por exemplo, a proposição "levá-la ao show de rock-rural amanhã" encaixada vem apenas mencionada, e, portanto, redime-se através de um teste de verdade bem mais brando do que seria o caso se ocorresse afirmada, isto é, por si só e não encaixada.

o conteúdo proposicional independente da elocução da sentença e necessariamente presente em constativos e performativos? Searle sugeriu uma solução para o problema tornando o conteúdo proposicional subjacente a todos os atos de fala e portador, ao menos em parte, do significado pragmático ou força ilocucional da elocução (1969). Elocuções como "Uai!", "Tsi-tsi-tsi," "Eta!" etc. são atos de fala abreviados e sempre restauráveis através de desdobramentos em "Sinto-me surpreso", "Considero isto inaceitável", "Que alegria sinto!" (como em "Eta-ferro!"), etc.

Os atos de fala abreviados, no entanto, são um exemplo de discrepância entre força ilocucional e conteúdo proposicional cujas dificuldades a hermenêutica de Habermas contorna, reconstruindo o sentido original da elocução desdobrada ("Uai" = "Sinto-me surpreso!", etc.). Mas como é que vamos reconstruir a força ilocucional de (6c) acima através dos meios de expressão lingüística? (6c) poderia ser um caso de fala destorcida, mas, note-se que ambos, locutor e interlocutor, percebem o significado pragmático. Além disso, pelo mesmo raciocínio, não seria (6b) uma distorção sociocultural? Apenas as mensagens cifradas no conteúdo proposicional valeriam como corretas? Se nesta oposição encontram-se os polos do nosso dilema, então, ou bem a língua reflete o discurso racional do entendimento, e a explicitude do conteúdo proposicional — e a convergência deste com a força ilocucional são metas do discurso que objetiva o entendimento —, ou bem a língua não tem nada a ver com isto, não passando de um adorno ou de um enganoso índice de significação. Encarado o problema deste prisma, Habermas se alinhará sem pestanejar com o polo da forma lingüística explícita geminada com a racionalidade. Todavia, creio que a questão enverga uma roupagem algo mais complicada. É inegável que a convergência entre força ilocucional e conteúdo proposicional é desejável para um observador ausente da situação comunicacional que pretende reconstruir a fala. Ela também pode ser muito útil aos participantes da situação comunicacional, tornando a fala mais objetiva e clara. Mas a clareza da forma de expressão para observadores externos não é condição *sine qua non* do entendimento. O entendimento é mediado pelas regras de etiqueta sociocultural em (6b) e pela experiência de uma história de convívio em (6c).

Criam-se significados novos não apenas pela transcendência das formas mais universais de expressão, mas também, e principalmente, pelo contraste que se estabelece entre formas específicas diferentes. A língua significa como em (6a) para um público potencialmente amplo, como em (6b) para o público mais restrito

daqueles que conhecem as regras da etiqueta social, e como em (6c) apenas para os participantes daquela interação que bem sabem, pela experiência de sua história em comum, que "Eu estou sentindo um frio danado aqui", quer dizer "Você não me ama". O entendimento transcendental está, não no uso de significados produzidos como em (6a), mas na habilidade das pessoas de converterem ou traduzirem comunicações como (6c) e (6b) para (6a). Não se trata, portanto, de escoimar a fala da sensibilidade para os contextos e da identificação com a experiência histórica, mas, sim, de adquirir a competência de traduzi-la para uma fala independente dos contextos, explícita, institucionalmente incondicionada, verbal e proposicionalmente diferenciada. Não é, portanto, o caso de descartar o exótico diferente, mas, ao contrário, de ligá-lo ao que é familiar. (Cf. Habermas, 1979).[7]

A radicalização do argumento através deste entendimento transcendental mostra como a língua e a comunicação revelam, abertamente, as questões da consciência que nos acostumamos a estudar como ideologia, cultura, sistema de valores, consciência mesmo, etc. Como ela libera as pessoas da neurose e da sujeição, constituindo uma forma de vida livre da dominação, porque fundada na verdade e na comunicação, isto é, uma forma de vida permanentemente tradutível para conteúdos proposicionais discutidos entre os participantes da situação comunicacional. Neste processo de radicalização do argumento as pessoas descobrem, ou tornam-se conscientes, de que (6b) é um imperativo ("Feche a janela") ou de que (6c) também pode ser dito como "Receio que você já não me ame". No primeiro, caso, a conseqüência é enfrentar a crueza da forma imperativa e refletir porque ela se torna tão espinhosa em certas relações sociais; no segundo, suportar a experiência dolorosa da constatação e tomar providências a respeito. Em ambos os casos, os significados censurados, anteriormente absorvidos pelo manto indulgente da língua, tornam-se agora explícitos. Habermas, em seu livro *Erkenntnis und Interesse,* conclui apresentando cinco teses, a última das quais diz que "a unidade do conhecimento e do interesse

---

[7] Habermas confronta, freqüentemente, Gadamer e Wittgenstein na busca de sua própria senda. Assim, ele reflete sobre a intertradutibilidade das linguagens naturais em oposição à singularidade dos jogos da língua; sobre o paradigma da tradução entre duas línguas em oposição ao impermeável paradigma da socialização numa língua materna; sobre a ênfase na história e na tradição *versus* a reprodução monadológica das formas de vida. Leio-o como que referendando a hermenêutica de Gadamer através da noção de análise de Wittgenstein. A história e os contextos são esclarecidos e, inclusive, constituídos pela transcendência dos jogos da língua.

humano prova-se na dialética que capta os traços históricos do diálogo suprimido e reconstrói aquilo que foi suprimido." (1971: 315) Creio ser exatamente isto o que sua pragmática universal realiza na língua através da radicalização do argumento que conduz a um entendimento trancendental na comunicação humana, fruto não apenas da transcendência dos significados universais, mas também, e principalmente, da transcendência alcançada pelo contraste que se estabelece entre os particulares diferentes.

BIBLIOGRAFIA

AUSTIN, John L. *How to Do Things with Words*. Cambridge, Harvard University Press, 1975.

HABERMAS, Jürgen. *Zur Logik der Sozialwissenschaften*. Frankfurt. Traduzido de citação em McCarthy, Thomas, *The Critical Theory of Jürgen Habermas*. Cambridge, MIT University Press, p. 273, 1970.

————. *Knowledge and Human Interests*. Boston, Beacon Press, 1971.

————. *Communication and the Evolution of Society*. Boston, Beacon Press, 1979.

MARANHÃO, Tullio P. *The Pragmatics of Speech Acts: Conflict, Consensus, and Understanding*. Tese de doutoramento em preparação, Departamento de Antropologia, Harvard University, s.d.

SEARLE, John. *Speech Acts*. Cambridge, Cambridge University Press, 1969.

————. "What is a Speech Act"? In *The Philosophy of Language*, John Searle (ed.), Oxford, Oxford University Press, pp. 39-53, 1971.

TOULMIN, Stephen. *The Uses of Argument*. Cambridge, Cambridge University Press, 1964.

————. *Human Understanding*. Princeton, Princeton University Press, 1971.